



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
— GABINETE DA PREFEITA —

LEI Nº 1091 DE DE MARÇO DE 1.997.

Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO, Estado de Mato Grosso do Sul, faço saber que a Câmara Municipal aprova e EU 'Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Os órgãos da administração direta, as autarquias e as fundações públicas da Prefeitura Municipal, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos em Lei.

Art. 2º- Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

- I. a assistência a situações de calamidade pública;
- II. o atendimento a situações que possam ocasionar prejuízo à segurança de pessoas, obras ou bens públicos ou particulares;
- III. a manutenção da continuidade de prestação de serviço público essencial e indispensável à população e que não pode ser interrompido;
- IV. o combate a surtos endêmicos e campanhas de saúde pública;
- V. a admissão de professor substituto, por convocação;
- VI. o atendimento a encargos temporários de obras ou serviços de engenharia.

Art. 3º- O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos

Av. Laranjeiras, 396 - Tels. (067) 287-1177 / 1179 / 1180 / 1188  
Cep. 79.280-000 - Porto Murtinho - Mato Grosso do Sul



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
— GABINETE DA PREFEITA —

Continuação da Lei nº 1091, de 26.03.97.

termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado do sujeito a divulgação, prescindido de concurso público.

§1º - A contratação para atender situações previstas / nos incisos I e II do artigo 2º prescindirá de processo seletivo.

§2º- A contratação no caso do inciso V, deverá exigir a habilitação para exercício da função de magistério equivalente à do professor substituído a necessária à classe de exercício da função.

Art. 4º-As contratações serão feitas por tempo determinado e improrrogável, observados os seguintes prazos máximos:

- I. seis meses, no caso dos incisos I, II e IV do artigo 2º desta Lei;
- II. doze meses, no caso dos incisos III, V e VI do artigo 2º desta Lei.

Parágrafo Único- No caso dos incisos II poderá haver a recontração do servidor para a mesma função, uma única vez.

Art. 5º- As contratações somente poderão ser feitas, mediante prévia autorização do Prefeito Municipal, com a indicação da dotação orçamentária específica, do prazo, de exercício da função e da remuneração e mediante justificativa apontando as condições que caracterizam a situação de excepcional interesse público que deverá ser atendida.

Art. 6º- A remuneração do pessoal admitido nos termos / desta Lei, será fixada em valor igual ao vencimento de cargo efetivo de atribuições similares ou semelhantes às da função a ser exercida pelo contratado, atendida a exigência de mesma escolaridade.

Parágrafo Único-Para efeitos deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes

Av. Laranjeiras, 396 - Tels. (067) 287-1177 / 1179 / 1180 / 1188  
Cep. 79.280-000 - Porto Murtinho - Mato Grosso do Sul



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
— GABINETE DA PREFEITA —

Continuação da Lei 1091, de 26 de março de 1.997.

de cargos tomados como paradigma.

Art.7º-O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:

I. receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II. ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

III. ser novamente contratado, com fundamento nesta Lei salvo na hipótese prevista no parágrafo único do artigo 4º desta Lei;

IV. prestar serviço a outro órgão, entidade ou unidade administrativa, distinto daquele indicado da justificativa para / admissão, seja do Município, do Estado ou da União ou da iniciativa privada;

V. ser licenciado ou afastado do exercício da função salvo para tratamento da própria saúde.

Parágrafo Único: A inobservância do disposto neste artigo importa na rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa dos servidores e autoridades envolvidas na transgressão.

Art.8º- Ao contratado nos termos desta Lei são garantidos os seguintes direitos, vantagens ou concessões, na forma prevista na legislação estatutária municipal, salário-família, diárias, gratificação natalina, adicional de insalubridade ou periculosidade, adicional por serviço extraordinário, adicional de férias, abono de ponto, previdência social e o direito de petição e de livre associação sindical.

Av. Laranjeiras, 396 - Tels. (067) 287-1177 / 1179 / 1180 / 1188  
Cep. 79.280-000 - Porto Murtinho - Mato Grosso do Sul



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
— GABINETE DA PREFEITA —

Continuação da Lei 1091, de 26.03,97.

Art. 9º- As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante sindicância administrativa, concluída no prazo de 30 (trinta) dias, assegurada ampla defesa.

Art. 10º- O Contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

- I. pelo término do prazo contratual;
- II. por iniciativa do contratado;
- III. por justa causa, apurada em sindicância administrativa;
- IV. por conveniência administrativa.

§1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada ao dirigente do órgão ou entidade com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de início da desvinculação do serviço público municipal.

§2º- Quando a extinção do contrato se der por conveniência administrativa, justificada antecipadamente, o contratado terá direito a receber metade da remuneração que lhe caberia / pelo prazo restante do contrato.

§ 3º- O Contratado ao término do contrato receberá a gratificação natalina proporcional e o adicional e a indenização por férias não gozadas, no caso de ter completado o interstício de doze meses.

Art. 11- É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da administração direta ou indireta deste Município, da União, de Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios.

Art. 12- O tempo de serviço prestado em virtude de

Av. Laranjeiras, 396 - Tels. (067) 287-1177 / 1179 / 1180 / 1188  
Cep. 79.280-000 - Porto Murtinho - Mato Grosso do Sul

Q




ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
— GABINETE DA PREFEITA —

Continuação da Lei 1091 de 26 de março de 1.997.

contratação nos termos desta Lei, será contado para todos os efeitos na administração pública municipal.

Art. 13- Esta Lei, entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Murtinho-MS, 26 de março de 1.997.

  
MYRIAN CONCEIÇÃO SILVESTRE DOS SANTOS  
PREFEITA MUNICIPAL